

**A INFLUÊNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO COMO CONDICIONANTE PARA  
AS MUDANÇAS NO ESPAÇO URBANO EM FEIRA DE SANTANA - BAHIA**

**Juarez Duarte Bomfim**

Professor adjunto da UEFS

[juarezbomfim@uol.com.br](mailto:juarezbomfim@uol.com.br)

**Juliana da Silva Correia**

Graduanda em Geografia, UEFS

[julli\\_correia@hotmail.com](mailto:julli_correia@hotmail.com)

# **A INFLUÊNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO COMO CONDICIONANTE PARA AS MUDANÇAS NO ESPAÇO URBANO EM FEIRA DE SANTANA - BAHIA**

## **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo analisar as modificações ocorridas na cidade de Feira de Santana - Bahia, a partir da implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS). Estas mudanças estão relacionadas diretamente a uma política nacional desenvolvimentista que acontecia no país que, no caso de Feira de Santana, acarretou alterações significativas, de modo a interferir na fisionomia e dinâmica da cidade, o que ocasionou inúmeros problemas relacionados à urbanização, uma vez que as classes populares e trabalhadores foram submetidos a um processo contínuo de periferização, sendo colocados cada vez mais distantes da área central da cidade. E na medida em que a cidade sofre novos contornos aprofunda as desigualdades sociais, evidenciando que a urbanização está pautada nas transformações do espaço e da sociedade.

**Palavra-chave:** Industrialização, Feira de Santana, Centro Industrial do Subaé (CIS), exclusão social.

## **INTRODUÇÃO**

O município de Feira de Santana está localizado a leste do Estado da Bahia (Figura 1), entre a zona da mata e o sertão, numa área de transição denominada agreste baiano e numa posição que se torna passagem rodoviária obrigatória entre o Norte-Nordeste.

Por muito tempo a base econômica baiana foi centrada na agricultura, o fluxo econômico localizava-se exclusivamente no Recôncavo e zona costeira, pelo fato de serem locais estratégicos de fácil acesso. A navegação era utilizada para atender o transporte de mercadorias e passageiros, articulando os espaços econômicos, e era através do transporte ferroviário que havia interligações entre Salvador e os sertões mais distantes. Freitas (2010) considera que as vantagens locais intermediárias de Feira de Santana entre o Recôncavo e o Sertão faziam com que a cidade funcionasse como entreposto comercial, o que proporcionou uma rápida expansão do comércio e, já na segunda metade do século XX, o advento do rodoviarismo favoreceu o contato com outras regiões.

Como forma de interiorizar e/ou diversificar o parque industrial e minimizar as disparidades existentes entre as regiões do Brasil e atender ao ideário desenvolvimentista que vivia o país na década de 1970, foi implantado sob o apoio da

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Centro Industrial do Subaé (Figura 2), na cidade de Feira de Santana, localizado no Bairro do Tomba e nas margens da BR 324.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as modificações ocorridas na cidade de Feira de Santana - Bahia, a partir da introdução da indústria, no caso, o Centro Industrial do Subaé (CIS). Estas mudanças estão relacionadas diretamente a uma política nacional desenvolvimentista que acontecia no país que, no caso de Feira de Santana, acarretou alterações significativas, de modo a interferir na fisionomia e dinâmica da cidade, o que ocasionou inúmeros problemas relacionados à urbanização, uma vez que as classes populares e trabalhadores foram submetidos a um processo contínuo de periferização, sendo colocados cada vez mais distantes da área central da cidade.

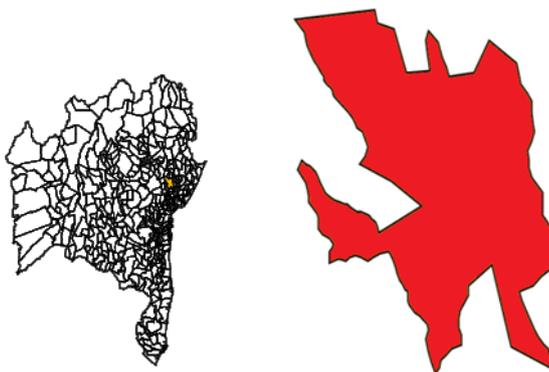


Figura 1 – Localização do município de Feira de Santana no Estado da Bahia  
Elaboração dos autores, sem escala



Figura 2 – Vista aérea das quadras do Centro Industrial de Subaé - CIS. Feira de Santana – Bahia  
Fonte: <http://www.cis.ba.gov.br/fotos.html>

## **INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM FEIRA DE SANTANA**

A partir da segunda metade do século XX Feira de Santana foi incorporada a política nacional de descentralização econômica, que tinha como objetivo desenvolver o país. Esse modelo visava propiciar uma integração produtiva regional. Foram implantado o Centro Industrial do Aratu (CIA), Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) e o Centro Industrial do Subaé (CIS) na Bahia. A instalação do CIS em Feira de Santana visava atender ao ideário desenvolvimentista que vivia o país naquele momento, contribuindo para projetar a cidade aos níveis regional e nacional.

O processo de industrialização tanto na Bahia como particularmente em Feira de Santana esteve ligado ao modelo desenvolvimentista proposto por Juscelino Kubitschek no final da década de 1950, e tinha como meta internacionalizar a economia nacional. E para a implantação de um complexo fabril deste porte, era necessário que o município tivesse alguns elementos que fossem atrativos, como uma localização estratégica, concessão de incentivos fiscais etc.

Freitas (1998) assinala que o CIS foi implantado na cidade através da Lei Municipal nº 690 em 14 de dezembro de 1970. Este se localiza no Bairro do Tomba, estendendo-se até a BR-324, ocupando uma posição privilegiada devido ao fato de Feira de Santana ser considerada ponte entre o Norte–Nordeste do país.

Vale destacar que a localização de um centro industrial em Feira de Santana é induzido de fora para dentro, refletindo mais a política nacional que propriamente local.

Acompanhando o processo de industrialização, a partir do final dos anos 1970 foram adotadas no Brasil políticas de urbanização relacionadas ao uso do espaço, que visavam implementar medidas que promovesse o controle, disciplinamento e ordenamento do espaço público. E o Estado foi o principal impulsionador dessas transformações no redimensionamento do espaço.

Pode-se destacar que desde o início do século XX já existia no Brasil o interesse e/ou iniciativa de se realizar obras em busca de remodelação e embelezamento das cidades.

Fato este pode ser verificado através da descrição de Souza (2005) a respeito da Reforma Passos que fora realizada entre 1902 e 1906 no centro do Rio de Janeiro, que tinha como objetivo adaptar o Rio — então capital da jovem república brasileira — as

exigências de uma economia urbana capitalista, deixando para trás a velha cidade colonial, com suas ruas apertadas e sua paisagem arcaica.

Outro objetivo, este de natureza política — ou sociopolítica — era de “limpar” a área central dos cortiços e casas-de-cômodos por estarem próximos aos prédios que abrigavam o poder político formal e sediavam os negócios econômicos.

O propósito — não declarado — era de “limpar” e “sanear” a área central da população pobre, considerada ameaçadora e também devido ao interesse ideológico-simbólico de modernizar o Rio de Janeiro, e assim tornar mais digna a capital do Brasil, cuja imagem, tão associada a epidemias e outras mazelas, propiciava um constrangedor contraste com as europeizadas rivais platinas.

A reforma Passos pode ser considerada autoritária em seus métodos e conservadora em seus objetivos. A meta era modernizar a cidade, em função de imperativos econômicos, políticos e ideológicos — e não o de torná-la mais justa.

Pode-se relacionar este exemplo com o que aconteceu em Feira de Santana, quando da realização de intervenções que impactou em reordenações socioespaciais na cidade: a feira-livre em 1977 foi transferida para o Centro de Abastecimento, cujo objetivo era reordenar o solo urbano e criar um local exclusivo para comercialização de produtos agropecuários, alimentícios, roupas, calçados etc. Para Freitas (1998), a feira-livre foi desenraizada, arrancada, extraída do centro urbano para ser substituído pelo ‘moderno’ Centro de Abastecimento.

Deve-se levar em consideração que a mudança da feira-livre para o Centro de Abastecimento foi motivada pelos ideais modernizadores relacionados com a chegada das indústrias na cidade. “É sob a lógica da integração produtiva ditada pelo Centro-Sul, que se deu o surto industrializante das décadas de 60 e 70 {...} e que houve a criação do Centro Industrial do Subaé (CIS) em Feira de Santana” (FREITAS, 1998. p. 46).

Pode-se assim dizer que a década de 1970 correspondeu a muitas mudanças significativas no cenário nacional, através da descentralização econômica, com a intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas, onde a industrialização tornou-se peça fundamental dessa política econômica.

O intuito do governo brasileiro era de minimizar as disparidades existentes entre as regiões, e no Nordeste foram implementadas unidades fabris, concessão de

prioridades a grandes programas de investimentos: siderúrgico, petroquímico, construção naval, comunicação, mineração etc.

Aliado a isenção de impostos, houve também a abertura externa da economia, o que possibilitou grandes investimentos do capital estrangeiro. Essas iniciativas ocasionaram elevação dos índices populacionais, através do êxodo rural e migrações constantes, que buscavam melhores condições de vida, emprego etc. Contudo as cidades não estavam preparadas estruturalmente para comportar o elevado contingente, e também deve-se destacar que a mão-de-obra não estava preparada suficientemente, intensificando o aumento das desigualdades sociais, já que:

Nas décadas de 70 e 80 houve um aumento nos índices de desigualdades social, uma vez que as classes populares e trabalhadores foram submetidos a um processo contínuo de periferizações, sendo colocados cada vez mais distantes da área central das cidades. (CLEMENTE, 2009, p. 16).

As mudanças espaciais são o resultado da atuação de determinados agentes, grupos sociais que configuram, modificam o espaço, delineando uma forma, ou seja, um resultado.

Sendo assim, entende-se o território como parte de uma extensão física do espaço, que vem sendo apropriado através do estabelecimento de controle e poder, estabelecendo regras de acesso, de circulação e a normatização de usos, de atitudes, o que resulta em novos arranjos físicos, resultados de um projeto civilizatório, acarretando problemas relacionados à urbanização e periferização.

Em Feira de Santana esse processo está intimamente ligado à implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS), na década 1970. Este complexo industrial atraiu um elevado contingente populacional, devido a um grande êxodo rural, o que acarretou um inchaço na cidade. Em virtude da mesma não estar preparada estruturalmente para comportar esse enorme fluxo, este fenômeno acarretou desigualdades nas condições de moradia.

Segundo Oliveira (2010) o trabalhador que não tem acesso à posse do solo nas áreas centrais da cidade é obrigado a buscar terreno em áreas mais afastadas do centro, muitas vezes desprovidas de vários serviços urbanos. Este fato configura o que se pode chamar de “processo de periferização socioespacial”.

A urbanista Ermínia Maricato (1996) observa que nas cidades brasileiras a ocupação ilegal de terras é informalmente consentida e mesmo incentivada pelo Estado,

que, no entanto, não admite o acesso formal a terra e a cidade. Isto se dá por conta da articulação entre cidade, mercado e renda imobiliária, de modo oficioso, ao não exercerem represálias.

Nesse sentido, Barreto (2002) diz que como forma de comportar uma grande demanda de pessoas no sítio urbano de Feira de Santana, incorporaram-se novas áreas — os chamados loteamentos espontâneos — que são as ocupações de terra criadas sem a prévia aprovação pelos órgãos públicos, com a comercialização direta do proprietário da terra com os futuros moradores; ou então ocorre de forma planejada, através da construção de conjuntos habitacionais por órgãos públicos, cooperativas e empreendimentos particulares.

Segundo Freitas (1998) foi no final da década de 1960 que o aparecimento de bairros populares distantes do centro surgiu com velocidade, como forma de comportar indivíduos e famílias de menor poder aquisitivo. E na medida em que a cidade sofre novos contornos aprofunda as desigualdades sociais, deixando claro que a urbanização está pautada nas transformações do espaço e da sociedade.

## **PERIFERIZAÇÃO DA MORADIA EM FEIRA DE SANTANA**

Oliveira (2010) diz que a organização e a forma de ocupação do solo urbano são um reflexo concreto das relações sociais de produção, onde cada agrupamento de indivíduos ocupa o espaço de acordo com a sua capacidade social, ou seja, ao seu poder de compra.

Ainda segundo o autor, nenhum indivíduo opta voluntariamente por morar na periferia da cidade, desprovida dos serviços e equipamentos urbanos. No entanto, essa passa a ser a alternativa encontrada por aqueles que não podem pagar pela moradia dentro dos moldes de uma boa estrutura urbana.

Havendo esta demanda social, surge à preocupação do poder público em torno da urgente necessidade de absorver e acomodar em moradias essa população sempre crescente.

Barreto (2002) também assinala que em Feira de Santana as primeiras ações em prol da moradia popular ocorrem ao final dos anos 1960, principalmente vinculados aos processos de abertura de loteamentos destinados a população de baixa renda, localizada em áreas periféricas, ou seja, em áreas mais afastadas do centro urbano.

Barreto considera que como resposta as expectativas da população em geral, começou a ser construído em 1968 na cidade o primeiro conjunto habitacional, o Feira I, popularmente conhecido como conjunto Cidade Nova. A construção do conjunto se deu na periferia, para além dos limites urbanos, às margens do anel de contorno rodoviário.

No decorrer dos anos seguintes desenvolveu-se a política habitacional representada pela proliferação de conjuntos de habitação popular como: Jussara, Morada das Águas, Amazonas, Baraúna/Galileia, Agrovila, Campo do Gado Novo, Alto do Papagaio, Rocinha, Luanda e Santo Antonio dos Prazeres II.

Deste modo, percebe-se que as construções de conjuntos habitacionais, ainda que em áreas periféricas, foi alternativa para aqueles que não possuíam casa própria, significando fugir dos débitos de aluguel.

Não se deve deixar de mencionar que, no sistema capitalista, a grande questão está em que a “escolha” de um lugar para morar está vinculada a variável renda, ou seja, ao que se pode pagar para morar. O sistema capitalista imprime à propriedade do solo características de mercadoria. Ele confere a terrenos da mesma dimensão, mas de localizações diferenciadas, os mais diversos preços ou valores, em função de diferentes variáveis como, por exemplo, o acesso aos serviços ou equipamentos urbanos.

Isso pode ser observado em outras áreas da cidade, com a presença de conjuntos habitacionais como Muchila I e Muchila II (empreendimentos privados), construídos no final de 1980, que foram planejados e receberam maior atenção e investimentos por parte do governo municipal, diante do embelezamento realizado pela prefeitura, como o intuito de valorizar este ambiente que possuía feições distintas em relação a outros conjuntos construídos no mesmo período, que se apresentavam de forma desordenada, habitado por população de baixa renda que não tinha condições financeiras e documentais para a aquisição de unidades residenciais nos conjuntos planejados — a exemplo das invasões da Jussara, expansão do Feira IX e expansão do Feira X, conforme destaca Barreto (2002).

Nesse sentido, percebe-se a presença em Feira de Santana de espaços distintos (segregados) habitados por diferentes grupos sociais. Quanto à segregação Corrêa (1989), aponta dois tipos de segregação: a auto-segregação e a segregação imposta. Assim

[...] pode-se falar em auto-segregação e segregação imposta, a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda à dos grupos

sociais cujas opções de como e onde morar são pequenas ou nulas. A segregação assim redimensionada aparece com um duplo papel, o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de um meio de controle social por esta mesma classe sobre os outros grupos sociais, especialmente a classe operária e o exército industrial de reserva. Este controle está diretamente vinculado à necessidade de se manter grupos sociais desempenhando papéis que lhes são destinados dentro da divisão social do trabalho, papéis que implicam em relações antagônicas de classe, papéis impostos pela classe dominante que precisa controlar um grande segmento da sociedade, não apenas no presente, mas também no futuro, pois se torna necessário que se reproduzam as relações sociais de produção.

Dessa forma, a segregação está diretamente ligada à necessidade das classes menos favorecidas em ocuparem as áreas mais afastadas do centro, ou a auto-segregação caracterizada pela expansão cada vez maior no número de condomínios residenciais fechados, principalmente os destinados às classes altas e médias.

A partir do entendimento de que para a Geografia o espaço é indissociável das lógicas coletivas, Corrêa (1989) assinala que a segregação refere-se às ações intencionais que levam a discriminação de grupos sociais, reduzindo sua capacidade de usufruir dos núcleos urbanos.

## **SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM FEIRA DE SANTANA**

Corrêa (1991) afirma que as grandes corporações desempenham um papel preponderante na reorganização do espaço, com múltiplas atividades e localizações. Visto que a produção do espaço se dá a partir da atuação de novos agentes que o (re) organiza para atender a interesses específicos.

O novo ordenamento espacial tem conferido ao município de Feira de Santana uma nova organização expressa pela sua inter-relação e interposição. Conforme destaca Freitas (2009), a existência de um centro industrial coloca esse município na posição de comando na sua Microrregião Geográfica, tornando-se uma potência regional, pela capacidade de concentração de uma maior quantidade de bens e serviços na região. Esta situação sustentada inicialmente pela atividade pecuária é, atualmente, influenciada pelos setores secundários e terciários, diante do incremento de um considerável dinamismo socioeconômico.

Em Feira de Santana, a industrialização foi importante fator de crescimento, contribuindo evidentemente para o processo de modernização industrial nacional/local. Freitas (2009) afirma que, atualmente, a cidade situa-se como o mais importante centro

industrial do interior do Estado, fabricando bens finais e intermediários, apresentando um setor diversificado e também realizando significativas atividades comerciais e de serviços.

Feira de Santana possui hoje a segunda maior população da Bahia, dispendo de uma razoável estrutura para uma cidade de médio porte e contando com várias complementaridades, que a proximidade e a facilidade de acesso a Salvador proporcionam. Como segundo centro urbano da Bahia e núcleo comercial intra-regional, Feira de Santana tem um mercado que transcende sua dimensão metropolitana, o que evidencia e traduz sua magnitude no setor terciário local, uma vez que o comércio era sua principal atividade econômica.

Mas, são inúmeros os problemas relacionados à urbanização e periferização desta urbe. Dantas (2005) assinala que, para Lefebvre, os projetos de urbanização adotados explicitariam a razão ordenadora do Estado na tentativa de normatização do espaço, conforme um modelo de cidade que procura levar a uma vida cotidiana programada e idealizada pelo consumo manipulado.

Os reordenamentos socioespaciais resultante do processo de urbanização encontrados em Feira de Santana, não poderiam ser muito diferentes dos encontrados nas demais metrópoles nacionais, o que acarretam mudanças físicas, econômicas, políticas, sociais e culturais, e estas práticas têm como finalidade demarcar posições e atribuir códigos valorativos, segregando setores sociais, num mecanismo de marginalização e exclusão social em virtude de interesses específicos:

A exclusão social foi elemento integrante de todos os projetos de desenvolvimento cujas políticas de industrialização tardia, que marcaram a década de 70 não fugiram a essa regra (CLEMENTE, 2009, p. 28).

Sujeitos que antes eram incluídos foram expulsos e marginalizados nos processos de mudança social, econômica ou política; ou nos processos de inclusão limitada, pelos quais os acessos a emprego, renda e benefícios do desenvolvimento econômico ficaram restritos a determinados segmentos da sociedade.

Para entender como as transformações econômicas e sociais ocorrem, necessita-se entender quais são os atores envolvidos e os ideais que norteiam possíveis intervenções. Tendo em vista que a produção do espaço urbano é bastante dinâmico em Feira de Santana, encontramos, por exemplo, bairros distintos, cada um com suas características e em cada um destes podem ser visto aspectos que são considerados

“bons” ou “ruins”. Em um primeiro momento isso parece normal, lógico e até aceitável, já que cada área da cidade cresce em ritmo diferenciado, obedecendo a sua própria dinâmica.

No entanto, ao se observar profundamente essas diferenças, pode-se notar que determinadas áreas da cidade não possuem os mesmos equipamentos e a mesma infraestrutura encontrada em outras localidades, além das diversas características socioeconômicas, como renda e grau de instrução. Este é o caso, por exemplo, das áreas periféricas de Feira de Santana, onde a população residente não tem acesso a maioria dos bens e serviços urbanos, em função do processo de segregação que levou à sua formação.

A pobreza urbana surge como fenômeno generalizado, resultante de processo de urbanização brasileira, principalmente nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, ainda que resguardadas as diferenças regionais entre o Nordeste e o Sul do país, revelando de maneira indiscutível as desigualdades sociais (ROCHA, 1994).

Conforme destaca Vasconcelos (2006), a pobreza está associada a desigualdade na distribuição de renda ou concentração dela, tal circunstância não é restrita a tal cidade, uma vez que no Brasil pode-se notar que enquanto uma pequena parte da população possui uma renda capaz de garantir excelentes condições de vida e ostentar privilégios, outros permanecem sobrevivendo em situação de pobreza, em que mesmo seus direitos legais garantidos pela Constituição Federal do Brasil e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos lhes são negados.

O que ocorre em Feira de Santana é apenas parte de uma totalidade, conforme afirma Santos (1979): “É o local com fortes influências do global”. Todavia devem-se levar em consideração as suas particularidades, como sua cultura e sua história própria. Porém, mesmo cada lugar apresentando diferenças, os locais possuem relações e produções sociais que são semelhantes aos outros lugares, por exemplo: a existência da pobreza e divisão de classes, questões estas características do sistema econômico vigente. Parcela da população que reside na periferia está à margem das melhorias que se encontram em outras áreas e que possuem investimentos visíveis por parte do poder público, o que faz de tal poder contraditório em sua real função.

## **CONCLUSÃO**

O processo de industrialização intensificou o fenômeno de urbanização, a ponto de ambos se tornarem indissociáveis. Produziu-se um novo urbano a partir da criação de novos padrões de produção e consumo. Foram criadas novas formas de convívio entre as pessoas a partir da construção de um novo modo de vida (CARLOS, 1990).

Segundo Freitas (1998), a urbanização é vista como uma das formas mais brutais de organização do espaço e da sociedade, pois ela implica não só uma revolução na organização do espaço físico, como também no próprio corpo social da maneira de ser e de viver do homem e da sociedade. Ficando explícito de que as transformações do espaço impõem novas estruturas.

Deste modo, destaca-se que a partir da década de 1960 o interesse do poder público era de construir uma imagem de Feira de Santana desenvolvida, equitativa com a região sul-sudeste do Brasil. Aliado a essa perspectiva nacional, foram implantados nesta cidade o Centro de Abastecimento e o Centro Industrial do Subaé (CIS), o que desencadeou uma crescente urbanização, que atraiu pessoas de outras regiões e impulsionou a atividade comercial, e esta foi se desenvolvendo de forma intensa, colaborando para o reordenamento dos espaços, o que aprofundou as desigualdades sociais ao reorganizar os lugares dos grupos sociais.

Compreende-se, dessa forma, que o espaço e a paisagem de Feira de Santana, Bahia sofreu várias modificações depois da introdução do CIS. O processo de urbanização vem sendo crescente, e com ele, alia-se um desencadear de problemas tais como aumento da população, violência urbana, engarrafamentos e muitos outros. Tais problemas levam a ocorrência de muitas mudanças, que tentam minimizar, esconder ou fugir dos mesmos.

Barreto (2002) diz que esse processo evidencia ainda mais a crise urbana, proveniente principalmente do crescimento desordenado das cidades e com isso os problemas de agravamento das misérias sociais, violência e diferentes apropriações do uso do solo, onde quem detém as melhores condições financeiras sempre irá ocupar as melhores áreas.

Nesse sentido, os espaços mais valorizados são ocupados em sua maioria por famílias das classes sociais mais abastadas, sobrando para as camadas populares os espaços mais baratos e menos valorizados, fazendo com que algumas áreas periféricas de Feira de Santana continuem fora do interesse da especulação imobiliária, tais como

áreas dos conjuntos George Américo, Gabriela, Viveiros, Novo-Horizonte, e algumas outras áreas cujo processo de valorização é mais demorado.

Vale destacar que em vista desse crescimento urbano acelerado, ocorreu um grande interesse do governo local e do setor imobiliário no investimento em novas áreas, com a construção de condomínios residenciais em lugares situados principalmente fora do anel de contorno, ou seja, mais afastadas do centro, ocorrendo a valorização de novas áreas, consideradas antes “periféricas”, antes ocupadas pelas classes menos favorecidas, que buscavam essas áreas justamente por serem mais baratas. Em compensação, também não usufruíam da existência de nenhum ou quase nenhum equipamento urbano.

A transitoriedade, a impermanência e a pluralidade marcam a cena urbana contemporânea de Feira de Santana. Deste modo, esses aspectos evidenciam as diversas acepções que foram edificadas e desconstruídas ao longo do tempo, agrupando as múltiplas feições que contribuíram para a urbe chegar ao que ela é hoje.

Souza (2006) diz que o fenômeno da segregação residencial é, sem dúvida, muito frequente ao longo da história da urbanização. Quase sempre existiram grupos que, devido a sua pobreza, a sua etnia ou a outro fator, eram forçados a viverem em certas áreas (geralmente as menos atraentes e bonitas, menos dotadas de infraestrutura, mais insalubres etc.) sendo excluídos de certos espaços, reservados para as classes e grupos dominantes da sociedade. Fica evidente que no caso da segregação induzida, as pessoas não “escolhem” viver aqui e não ali, sendo forçadas a isso.

Este fenômeno é diferente da auto-segregação das elites, que consiste nas famílias optarem por se afastar o mais possível do centro da cidade. Fenômeno que nas grandes cidades está fortemente vinculada a busca por segurança por parte dessas mesmas elites. Souza (2006) diz que exemplos de espaços residenciais auto-segregados são, no Brasil, os condomínios exclusivos da Barra da Tijuca, no município do Rio de Janeiro, e o chamado “Complexo de Alphaville” na Região Metropolitana de São Paulo.

Em Feira de Santana iniciou-se a construção de um empreendimento com estas características às margens do Rio Jacuípe, local anteriormente considerado periférico, marginalizado e, com a construção do complexo, com certeza será extinta esta imagem que durante muito tempo marcou aquela localidade.

Pelo exposto, acreditamos que se faz necessário que seja realizada uma reforma urbana em Feira de Santana, a fim de coibir a especulação imobiliária, reduzir o nível de disparidade socioeconômico e espacial intraurbano, como forma de reduzir o nível de segregação residencial e democratizar o mais possível o planejamento e a gestão do espaço urbano, garantindo também segurança jurídica para as populações residentes em espaços carentes de regularização fundiária, tais como favelas e loteamentos irregulares. Estas políticas obterão êxito se forem promovidas juntamente com ações de geração de emprego e renda para os pobres urbanos.

Esta reforma não se restringe especificamente a uma remodelação do espaço físico, estritamente urbanístico, mas uma reforma social estrutural, que tenha por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente de sua parcela mais pobre, e elevar o nível de justiça social.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Ubiratan Castro. **A baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente**. Bahia Análise e Dados, p. 10-23. Salvador- Ba.

BARRETO, Marialvo. **Princesa do sertão** : a excentricidade da expansão do sítio urbano de Feira de Santana e seus condicionantes. Feira de Santana, BA, 2002. 43f. Monografia (Progressão de Carreira) - Universidade Estadual de Feira de Santana

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e indústria**. 3. ed São Paulo: Contexto, 1990.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DANTAS, E. W. C. **A apropriação do espaço Público pelo comércio ambulante: Fortaleza- Ceará em evidência (1975 A 1995)**. Scripta Nova, Barcelona, v. IX, n. 202, p. 1-16, 2005.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana** influencia da industrialização 1970 - 1996. 1998. 189 p Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

MARICATO, E. . Habitat II, polêmicas e controvérsias. Espaço & Debates, v. 16, p. 116-119, 1996.

OLIVEIRA, Maise Ferreira: **O fenômeno dos Condomínios Residenciais Fechados e sua organização espacial no bairro Conceição**. Feira de Santana-Bahia. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz ; PESSOTI, Gustavo Casseb . Século XXI e atração de investimentos industriais na Bahia: **uma tentativa de interiorização e diversificação industrial**. Revista Desenbahia, v. 5, p. 55-71, 2009.

SANTOS, Milton; ABDALA, Maria Alice Ferraz. **Pobreza urbana**. 2. ed São Paulo, SP: Hucitec, 1979. 119p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, Marcelo L. de. **O Desafio Metropolitano**. 2º. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.2005.